

POR QUE VIAJAR?
QUESTÕES ACERCA DAS MOTIVAÇÕES PARA A VIAGEM DO INFANTE
D. PEDRO DE PORTUGAL (1425-1428)

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA¹

A partir das sugestões de Francis Rogers (ROGERS, 1961), temos desenvolvido há alguns anos pesquisa acerca *das viagens* de D. Pedro. Definimos tal deslocamento no plural para melhor circunscrever e caracterizar a viagem mítica, retratada no *Libro del Infante D. Pedro* – cujo exemplar mais antigo data do início do século XVI – permeada de elementos do maravilhoso cristão e que reflete uma política de recuperação de sua memória após Alfarrobeira; e a viagem político-diplomática, a qual constitui um instrumento da política externa avisina na primeira metade do século XV. Neste artigo, nossas preocupações recaem sobre essa segunda viagem, concentrado as atenções nas questões relativas às motivações para a partida em 1425.

*

Em conseqüência da aliança dinástica com Castela estabelecida durante o reinado de D. Fernando (1367-1383), o trono lusitano esteve prestes a ser anexado à coroa castelhana após a morte do rei português em 1383. Escolhido ‘regedor e defensor do reino’ em dezembro do mesmo ano, o Mestre de Avis, filho ilegítimo do rei D. Pedro, foi eleito nas Cortes de Coimbra (1385) rei de Portugal. Sob a épica batalha de Aljubarrota, fundou-se uma nova dinastia, a culta e expansionista dinastia de Avis (COELHO, 2001:43). Todavia, a vitória alcançada não purgou a alcunha de ilegitimidade, nem solucionou instantaneamente os problemas internos. A ascensão de D. João I coincidiu com a necessidade de afirmação da legitimidade dinástica, fazendo com que esta se articulasse interna e externamente criando novas bases de apoio, numa conjuntura difícil e marcada por problemas diversos – permanência das guerras com Castela, descontentamento de parte da nobreza que apoiara a revolução, entre outros (MARQUES, 1986:21,30; MORENO, 1987:105-106).

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq e membro do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*.

O longo reinado de D. João I conheceu ainda a estabilidade política, principalmente, a partir de 1411, com a paz assinada com Castela, o que permitiu que as forças do reino fossem direcionadas a outras frentes, como Ceuta. Desde a ascensão do Mestre de Avis e, principalmente, após a primeira conquista africana em 1415, Portugal ampliou suas relações político-econômicas com a Cristandade através de uma política externa ampla e cuidadosa, e para tal utilizou-se de diversos mecanismos, dentre os quais inserimos a viagem de D. Pedro.

Alvo de diversas interpretações, a viagem (1425-1428) permanece tema polêmico e pouco aprofundado, assim como outros tantos aspectos da vida de D. Pedro. Um dos que se dedicou à temática em sua totalidade foi Júlio Gonçalves. Autor de *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*, visou estabelecer vínculos entre a viagem e o impulso da expansão. A obra traz, quiçá, como elemento de maior importância um apêndice documental com fontes relacionadas à passagem de D. Pedro por Veneza. Contudo, o principal estudioso da viagem permanece sendo Francis Rogers. *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal* está dividido em oito capítulos, mas, apenas o segundo e o terceiro – sendo possível acrescentar o primeiro pela ‘introdução’ contextual – estão relacionados com a viagem real, visto que os demais discorrem sobre a viagem mítica e o respectivo livro de viagens. Especialmente no terceiro capítulo, intitulado ‘The European Tour’, analisa as etapas do deslocamento – Inglaterra, Flandres, Alemanha, Hungria, Romênia, Veneza, Florença, Roma, Aragão e Castela – proporcionando a contextualização de cada região visitada. Obra fundamental para o tema, mais do que oferecer respostas ou bases sólidas para a discussão, permite o levantamento de indagações e caminhos de pesquisa acerca da viagem do Infante.

Alguns momentos da viagem ainda ganharam atenção dos pesquisadores: a passagem por Pádua, estudada por Francisco Faria (FARIA, 1964); a paragem junto ao imperador Sigismundo, analisada no clássico artigo de Domingos Maurício dos Santos (SANTOS, 1959), e recentemente por Rákóczi Istiván (ISTIVÁN, 1993); os contatos estabelecidos ao percorrer os reinos peninsulares, que receberam algum destaque no trabalho de Julieta Araújo (ARAÚJO, 2009); e por fim, a passagem pela Borgonha, para qual Jacques Paviot oferece importantes páginas (PAVIOT, 1995) e legou a famosa *Carta de Bruges* amplamente analisada por especialistas de diferentes áreas. Todavia

falta-nos ainda uma análise de conjunto dedicada à viagem que informe os acompanhantes do séquito do Infante, os pormenores em cada local visitado, principalmente pelo fato de que os trabalhos que se dedicaram a vasculhar os fundos documentais dos e sobre os pontos de paragem acrescentaram significativas informações acerca da viagem.

A observação atenta às escalas do deslocamento permite notar que os locais visitados não foram escolhidos aleatoriamente, e nem simplesmente por ímpetos pessoais. As paragens envolveram redes de parentesco existentes e outras que anos depois foram estabelecidas; possibilitou a criação de novas redes de solidariedade; e, ao assumir casamento com a filha do duque de Urgel, D. Isabel de Aragão, ampliou a relação de Portugal com este reino. No entanto, um tema em especial tem gerado posicionamentos dos mais distintos, o que designamos de ‘as motivações para a viagem’, através da indagação: Por que D. Pedro decidiu viajar em 1425? Este é o tema central do presente artigo.

*

Os nossos questionamentos sobre os possíveis motivos que levaram D. Pedro a sair de Portugal e viajar pela Cristandade durante quatro anos tiveram origem no confronto de duas posições bem distintas encontradas entre historiadores portugueses. Por um lado Virgínia Rau, que defende:

Tanto D. João I como D. Duarte e, em particular, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, haviam forjado, pacientemente, por tratados de aliança, por casamentos e viagens, as ligações necessárias para aliviar Portugal da predominância do binômio político Castela-Aragão que, até finais do século XIV, dominara quase toda a diplomacia portuguesa. (RAU, 1986:66)

Por outro, as observações presentes na *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão, na qual afirma que: “Parece assente que a viagem de D. Pedro foi motivada por um conflito com o progenitor. (...) O certo é que em fins de 1424 D. Pedro seguiu os caminhos da Europa, sem dúvida magoado” (SERRÃO, 1979:34).

Duas afirmações que percebem a viagem por caminhos completamente diferentes. Notou-se, a partir desta contradição inicial, que as percepções sobre as motivações e as finalidades de tal deslocamento seguiam propostas muito destoantes. Margarida Correia responde a tal problema defendendo a perplexidade sentida pelo Infante perante as oscilações entre um modelo autoritário ou contratual, da instituição

monárquica (CORREIA, 2000:43-44). Mas existem também os argumentos “positivos”, isto é, que não ressaltam características de oposição entre o Infante e a sociedade portuguesa, ou entre o mesmo e a família real – visto que alguns autores defendem o despeito de D. Pedro para com D. João I, e a inveja em relação à D. Henrique. A mesma Margarida Correia apresenta um recorrente argumento sobre as viagens: o desejo de saber – o qual, por exemplo, aparece em Júlio Gonçalves vinculado às repercussões do conhecimento adquirido e buscado, para os rumos da expansão portuguesa (GONÇALVES: 1985). Assim, a viagem teria como objetivo adquirir, através do convívio com outras cortes, o conhecimento necessário para analisar a conjuntura do reino (CORREIA, 2000:41-42) – proposta, portanto, que implicitamente percebe o Duque de Coimbra pelo viés político-administrativo, e a viagem como espaço de aprendizado e formação para a futura ocupação do posto de regente. Encontram-se, ainda, outros argumentos similares sobre os motivos da partida: assumir como Marquês de Treviso – área de litúgio entre o Império e a cidade de Veneza, concedida por Sigismundo ao Infante em 22 de janeiro de 1418, e acrescentada pela oferta de uma renda anual de 20.000 ducados caso D. Pedro passasse à corte imperial (SANTOS, 1959:22); fazer uma peregrinação religiosa à Terra Santa, e que seria um dos objetivos iniciais da viagem segundo Rogers (ROGERS, 1961:23); articular o casamento de sua irmã, D. Isabel com Filipe, o Bom, de Borgonha; entre outros.

Desta forma, recorre-se ora à sua insatisfação com a conjuntura interna e suas perspectivas pessoais nesta, ora ao interesse individual de aprender e ampliar seus conhecimentos através do convívio com os principais centros culturais da Europa no início do século XV. Percebe-se nos argumentos apresentados uma valorização dos aspectos individuais na busca por respostas às motivações do Infante, e quando o oposto de dá – vide as palavras de Virgínia Rau –, a viagem apresenta-se como mais um dos instrumentos utilizados pelos primeiros reis de Avis para se livrar do binômio Castela-Aragão. Discordando das propostas que até então vem sendo colocadas para tal viagem, preferimos retomar a relação de D. Pedro com o reino e sua posição social no mesmo, em busca de uma interpretação mais convincente acerca de suas motivações e quiçá de seus objetivos.

Luís de Albuquerque, quiçá quem mais ofereceu atenção ao tema das motivações, faz pertinentes afirmações sobre os motivos da viagem:

o desejo de saber, só por ele, não é convincente; um obstinado interesse em conhecer os povos, bem como os seus usos e costumes, de várias regiões do mundo conhecido, manifestaram-no alguns dos reis de Aragão, e nenhum viajou; preferiram mandar vir à sua presença peregrinos com experiência desses países distantes. (ALBUQUERQUE, 1987:9)

Sobre a suposta peregrinação, o autor afirma que mesmo que fosse movido por um forte interesse piedoso, é certo que D. Pedro não chegou a visitar Jerusalém em suas viagens, e que não deixaria de fazê-lo caso desejasse. Critica a proposta de que em Bruges D. Pedro tomou conhecimento de elevada cultura e relatos de viagem que projetaram as navegações portuguesas, e a de ser o Infante o mediador ou um dos mediadores do casamento de sua irmã com o duque de Borgonha. Pondera sobre a importância de Treviso para a viagem e a aquisição de um planisfério em Veneza que teria auxiliado no desenvolvimento do Descobrimento, e assim conclui sobre as propostas recorrentes para os motivos da viagem:

(...) todas as determinantes apontadas para a viagem de D. Pedro são fantasiosas, e algumas delas entre si contraditórias. Se D. Pedro era um homem determinado e superior, certamente não podia ser presa fácil de convites ocasionais, nem tão pouco atuar com procedimentos inseqüentes de filhos segundos, e muito menos por atração e honrarias, a que, pelo menos até onde se sabe, bem pouca importância deu; o infante era um homem maduro e refletido, e é ilícito atribuir-lhe procedimentos de adolescente (IDEM:14).

Por mais que Albuquerque ofereça interessantes abordagens sobre as motivações e as conseqüências decorrentes da estadia de D. Pedro em diferentes locais, suas proposições chegam a esvaziar de importância a viagem. Jacques Paviot, numa perspectiva bem diferente, aborda a passagem do Infante pela Borgonha no bojo de uma ampla mobilização portuguesa em prol de consorciar matrimonialmente o Duque Filipe, o Bom com a infante D. Isabel, política que contou com a significativa ação do Duque de Coimbra (PAVIOT, 1995). A estadia em Bruges e em Veneza pode não ter tido conseqüências diretas sobre os rumos da expansão, mas não se pode negligenciar que se tratavam dos principais centros urbanos comerciais do Ocidente do século XV, cidades com as quais Portugal ampliou suas relações econômicas neste século. Por fim, o recebimento da Marca realmente não deve ter representado um grande impulso para o deslocamento, mas a oportunidade de lutar contra os turcos ao lado do imperador

ampliando ainda mais as honras já obtidas pela participação na conquista de Ceuta não pode ser descartada.

O tema das motivações do Infante traz ainda outro problema; uma classificação do papel social do mesmo enquanto viajante, que consideramos inoportuna, isto é, que o infante D. Pedro seria um cavaleiro andante e as principais motivações poderiam ser buscadas no ambiente da cavalaria. Paulo Accorsi, em uma significativa dissertação sobre a prosa civilizadora de D. Duarte, afirma que:

As próprias viagens do infante D. Pedro, revestem-se significativamente, de um caráter simbólico. Como filho segundo e, portanto, sem chances de engrandecer-se ainda mais como senhor no âmbito do reino, parte para o exterior, numa atitude própria do cavaleiro preterido no âmbito familiar que sai em busca de aventura e fortuna fora da casa paterna (ACCORSI, 1997:85).

A mesma perspectiva aparece num artigo de Domingos Maurício dos Santos, publicado em 1959, sobre a passagem do Infante pela Áustria-Hungria. Neste o autor suscita que a carta enviada pelo imperador Sigismundo em 1425 a D. João I, solicitando o auxílio português nas investidas imperiais contra os venezianos, ofereceu a D. Pedro o “ensejo de realizar o seu sonho de cruzado contra os Turcos ou de tentar fortuna, fora do reino, onde se sentia abafar” (SANTOS, 1959:22).

Analisando as propostas de diversos estudiosos da cavalaria, percebemos que no momento da viagem observa-se a diminuição da função militar da nobreza, e mesmo a perda do ideal de cavaleiro andante. Segundo Oliveira Marques, no século XV português, “muitos nobres abandonaram Portugal em busca de fama e de proveito, fixando-se além-fronteiras, um pouco por toda a Europa” (MARQUES, 1986:84). É certo que o ideal de cruzada não estava perdido em Portugal no século XV, e que o início da expansão portuguesa para a África oferecia novas possibilidades de ascensão social e de uma vida cavaleiresca; no entanto, inserir D. Pedro nessa categoria é uma atitude equivocada. À busca de ascensão fora do reino soma-se a crescente migração de fidalgos sem ofício para a corte avisina com esperança de serem escudeiros do rei ou dos infantes, prática que o próprio Duque de Coimbra irá criticar na Carta de Bruges. Assim, temos de um lado, que cavaleiros errantes com cada vez mais dificuldades de inserção são frequentes nesse mundo, e de outro, uma reestruturação social desta mesma

nobreza, ampliando as hierarquias internas dentro do grupo, que passa cada vez mais a ter um cume bem definido, a Corte, esta composta pelo Rei e os infantes.

Perceber o Infante como cavaleiro andante, ou como simplesmente mais um cavaleiro e filho secundogênito, seria tomar a nobreza como um todo homogêneo, e isto acarretaria a perda das minúcias e as disputas internas desse grande grupo, descartando as ramificações sociais da mesma, além de não notar as transformações da cavalaria e da nobreza ao longo da Baixa Idade Média. Num período de estresse social como foi o contexto interno português da passagem do século XIV até inícios do século XV, a mobilidade social se apresentou possibilitando a ascensão de grupos e indivíduos de diversos seguimentos que estiveram ao lado da nova realeza, mas este processo também ofereceu a demanda de novos mecanismos de distinção social, elementos que permitiriam perceber a Dinastia como distinta da anterior e do conjunto da nobreza. Um processo amplo de busca de legitimidade será desenvolvido, atuando nele os reis e os seus íncritos filhos.

Ao partir D. Pedro era duque de Coimbra, o qual recebeu as doações e privilégios, que formaram sua casa real, da própria realeza, seja com D. João ou D. Duarte. Atuava como conselheiro do rei em diferentes questões como se pode perceber ao longo da Carta de Bruges, essa era talvez sua principal incumbência na administração portuguesa (COELHO, 1993:18-19). Contrariamente a diversos argumentos, notamos não ser possível analisar o infante D. Pedro como mais um filho secundogênito; antes, preferimos perceber o mesmo como o segundo filho na escala de sucessão régia. Com isso, é importante recuperar a trajetória social e as escolhas do Infante nos diversos momentos e posições sociais pelas quais passou. Se isso não for feito, estaríamos sob pena de deixar escapar as incessantes transformações sociais vividas pelo mesmo.

D. Pedro quando toma a importante decisão de viajar pela Cristandade, – entre 1424 e 1425 – estava num processo de crescente recebimento de doações e privilégios da coroa (MORENO, 1997:25-38), e Portugal a ampliar suas relações diplomáticas nos reinos e demais regiões da Europa cristã. Qualquer imprevisto que ocorresse com o príncipe herdeiro D. Duarte, D. Pedro seria o próximo na escala de sucessão. Em uma sociedade em que a expectativa de vida era baixa, que diversos imprevistos e guerras ceifavam vidas de nobres ou camponeses, e que a Peste e a fome eram um espectro presente e real, não é nenhum absurdo acreditar que D. Pedro pudesse ter expectativas

de assumir o trono. É a própria história portuguesa do período que fundamenta tal conjectura: em 30 de julho de 1390 nasceu o primeiro filho varão do rei D. João I e da rainha D. Filipa, Afonso que veio a morrer com 10 anos, fato que fez com que D. Duarte, então com 8 ou 9 anos, se tornasse o príncipe herdeiro; este, por sua vez, foi abatido pelas epidemias do período, morrendo de peste em 9 de setembro de 1438. As decisões de D. Pedro parecem confirmar a hipótese de tal espera. D. Duarte casa-se em setembro de 1428, e o Infante só decide assumir casamento posteriormente à confirmação do matrimônio do irmão – uma atitude que poderia ser diferente, visto que muito dos casamentos realizados entre a nobreza, se efetivavam com homens mais jovens do que era o Infante em 1429 (35 anos) –, vindo com isso suas chances de vir a ser rei, diminuídas.

Esta observação não tem o interesse de reforçar uma idéia equivocada que coloca o D. Pedro como um homem ávido pelo poder, ambicioso e com a expectativa que o irmão mais velho morresse o quanto antes para que chegasse ao trono; pelo contrário, busca-se ressaltar que a sua postura após o retorno das viagens e, principalmente, após o casamento de D. Duarte e o nascimento de D. Afonso V, mostram-nos um Infante mais preocupado com a casa de Coimbra, buscando oferecer doações e privilégios aos seus; atitudes que o colocam como chefe de linhagem, destacando-o parcialmente da corte, sem que o impedisse de continuar atuando na administração régia.

Frente a todos os argumentos sobre as motivações das viagens de D. Pedro, preferimos entendê-las como um investimento em capital social, um investimento que depende evidentemente de “sua posição atual e potencial no interior do campo” (BOURDIEU, 1983:22). Ao viajar o Infante estabelecia importantes relações externas e reforçava sua posição dentro e fora do reino. Soma-se ainda o fato da coesão entre as ações da coroa e de seus membros, as quais permitem que tenhamos uma perspectiva de análise mais ampla.

A passagem por Veneza e Roma demonstra claramente que o Infante tinha o interesse de regressar a Portugal e que a viagem tivera objetivos traçados anteriormente e em conjunto com D. João I e, possivelmente, com os demais infantes. Ao sair de Treviso o Duque de Coimbra partiu para a Península Itálica, e a passagem por Veneza é descrita pelo cronista Antonio Morosini:

Naquela época desse referido ano, [março de 1428] o nobre Messer Marco D'Andolo de San Moisé, nosso embaixador junto ao Rei da Hungria, comunicou numa carta de Buda, que tinha partido daquela cidade o filho do Rei legítimo de Portugal, de nome Dom Pedro. (...) O dito Senhor Dom Pedro, que havia cerca de três anos ausentara de Portugal, deixando o Rei d'Hungria, com 40 cavaleiros chegou a Itália, acolhido com grandes honras por toda a terra e lugares da Senhoria Ducal. (...) Julga-se que partirá de Veneza, o mais tardar na segunda-feira 12 d'abril de 1428, e depois regressará ao país do rei seu pai (GONÇALVES, 1955: 218-223)².

A passagem por Roma teve aspectos que ultrapassam os costumeiros objetivos peregrinatórios. A estadia junto ao papa Martinho V teve entre suas finalidades o pedido de unção e imposição aos monarcas portugueses da coroa ou diadema régio por autoridade pontifícia, com as solenidades usadas em outros reinos, o qual será deferido na bula *Venit ad praesentiam nostram* de 16 de maio de 1429 (*Monumenta Henricina*. Vol. III, doc.102: 212). Mesmo sem indícios de que a unção foi utilizada pelo rei português, fica de forma indiscutível o interesse da Coroa portuguesa no sentido de obter do papado tal privilégio, atuando nesta negociação pessoalmente o infante D. Pedro. A bula papal tem a importância de explicitar que o Infante esteve com o papa para tratar de um assunto concernente à Coroa.

A ação do infante D. Pedro fez com que a dinastia de Avis pudesse ter a seu dispor um ilustre embaixador nas cortes européias no momento em que o reino dava prosseguimento à expansão e à luta contra os mouros do norte da África. Ao deslocar-se por tais cortes, o Infante criava, renovava, e consolidava as alianças externas da monarquia portuguesa, através de redes de solidariedade diversas, tais como o parentesco. Articula-se no jogo diplomático da Cristandade, aproximando o Ducado de Borgonha da Inglaterra, reafirmando a relação entre Portugal e o papado, e fazendo do reino português um aliado do Império nas tentativas de frear os avanços otomanos. A viagem ganha, nessa perspectiva, contornos de estratégia política, articulando-a aos demais instrumentos da política externa avisina na primeira metade do século XV. Eis importantes fatores que faziam valer a pena correr os riscos de uma longa viagem pela Cristandade.

² Quem mais avançou no estudo sobre a passagem do Infante por Veneza foi Julio Gonçalves, o qual foi o primeiro a publicar a fonte que descreve tal passagem. O documento citado está publicado nesse livro, contento tanto a tradução, quanto o fac-simile. O original encontra-se no Códice 6586/87, da Biblioteca Nacional de Viena de Áustria, páginas 480/I.

*

Buscou-se aqui desenvolver uma análise articulada entre as relações externas do reino português no século XV, sendo estas, uma das principais bases de legitimação da nova dinastia, e a viagem do Infante. No curto espaço de tempo da primeira metade dos quatrocentos, Portugal conseguiu fazer-se presente nas principais cortes do ocidente. Essa participação se deu através de uma bem fadada estratégia política da Dinastia de Avis, a qual contou com as repercussões da conquista de Ceuta, o envio de diversas embaixadas aos reinos e Concílios, uma política matrimonial ampla, e a viagem de D. Pedro. Esta viagem tem desta forma características de uma viagem diplomática, em que o Infante, sendo um dos principais nobres do reino e um dos agentes diretos da administração real, visitou os centros políticos que serão as bases das relações externas de Portugal no decorrer do século XV. Alvo de incoerências ou, simplesmente, descuido por parte dos estudos historiográficos ao longo dos séculos, a análise das motivações para a viagem permite uma releitura do contexto político-social português do período, mesmo ciente das limitações desse breve artigo e das lacunas ainda existentes acerca de tal deslocamento e dos anos iniciais da vida do Infante, acreditamos ter contribuído para essa tão debatida questão.

BIBLIOGRAFIA

ACCORSI JR, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A prosa civilizadora da corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

ALBUQUERQUE, Luís de. *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses. Sécs XV e XVI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987, vol.1.

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática 1983.

COELHO, Maria Helena da Cruz. O final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC/Editora da UNESP/Instituto Camões, 2001.

_____. O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.15-53.

CORREIA, Margarida Sérvulo. *As viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa, Gradiva, 2000.

FARIA, Francisco Leite de. A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens. Separata de *Revista STVDIA*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº 13-14, jan-jul, 1964.

GONÇAVES, Júlio. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

ISTIVÁN, Rákóczi. A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Sigismundo. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro*. Biblos. Revista da Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.79-93.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, 2009.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.

Monumenta Henricina. Direção, organização e anotação crítica de Antonio Joaquim Dias Dinis. Coimbra: 1964, Vol. III.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média*. In: Revista da Faculdade de Letras. História, Porto, 2ª série, 4, 1987.

_____. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: Itinerários e Ensaio Histórico*. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

RAU, Virgínia. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986.

ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria. In: *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa: 1959, Tomo LXVIII, p.17-37.

SARAIVA, Antonio José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. [1415-1495]*. Lisboa: Verbo, 1979, Vol. II.